

**O revisionismo utilizado como política de governo  
pelo bolsonarismo**

**The revisionism used as government policy by  
*bolsonarism***

*Ariel Cherxes Batista*

## RESUMO

Entre 1964 e 1985 adveio a Ditadura Militar no Brasil. Desdobrada a partir de um Golpe Civil-Militar, contra o presidente João Goulart em 31 de março de 1964. Apoiada pelo governo estadunidense, organizada pelas Forças Armadas e setores da elite brasileira, a medida teria buscado conter o suposto avanço comunista no país. Os episódios que circundam a Ditadura Militar ocasionaram controvérsias estendidas até os dias atuais. É possível observar em discursos da sociedade civil, ou mesmo em parcelas ligadas aos meios institucionais, a defesa da construção de uma narrativa revisionista sobre esta fase da história republicana brasileira. O presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, assim como seu grupo político, são grandes entusiastas do revisionismo e do negacionismo acerca da ditadura. Neste artigo buscaremos discutir a narrativa revisionista sobre a Ditadura Militar como um aspecto da cultura política bolsonarista, partindo da hipótese de que Bolsonaro busca criar uma versão alternativa sobre esse período da história a partir de sua visão revisionista e saudosista. Argumenta-se que a visão elogiosa ao “Regime Militar” representa uma ameaça à manutenção de uma democracia sólida no país. Por fim, as fontes documentais utilizadas no trabalho constam majoritariamente de notícias veiculadas em periódicos da imprensa brasileira e internacional entre os anos de 2011 a 2020, além de recursos audiovisuais postados no *site* Youtube, discursos de personalidades públicas e legislações. Todas trabalhadas a partir da metodologia de análise do discurso. No que toca aos aspectos teóricos utiliza-se a abordagem da História do Tempo Presente adjunta aos conceitos de cultura política, revisionismo e bolsonarismo, principalmente.

**Palavras-chave:** Ditadura Militar. Tempo presente.

**ABSTRACT**

Between 1964 and 1985 a Military Dictatorship took place in Brazil. Through a civil-military *coup d'état* against acting president João Goulart on March 31st of 1964. Supported by the American government and organized by the armed forces along with sectors of the Brazilian elite, the coup sought to contain the so-called communist advance in the country. Controversies emerged regarding the affairs that surrounds the Military Dictatorship and are still present nowadays. It's possible to observe in civil society's discourses, as well as in discourses made by a substantial part of political actors in public institutions, the construction and defense of a revisionist narrative regarding this phase in Brazilian republican history. The current president, Jair Messias Bolsonaro, along with his political group, are great revisionist enthusiasts. Thus, this article discusses the revisionist narrative regarding the Military Dictatorship as a political aspect in Bolsonaro's political culture, deriving from the hypothesis that Bolsonaro aims to create an alternative version about this historical period from a revisionist and nostalgic view point. We argue that this point of view that praises the "military regime" represents a threat in solid democratic maintenance in the country. Finally, the document sources used in this essay utilizes news broadcasted in Brazilian and international news between the years of 2011 and 2020, as well as audiovisual resources posted on Youtube, public figure's speeches and legislations. Their use is based on discourse analysis methodology, mainly focused on aspects regarding the theoretical points utilized in historical approaches of the Present Time along with the political culture concepts, memory, revisionism and bolsonarism.

**Key-words:** Military Dictatorship. Present-tense. Revisionism. Bolsonarism.

## Introdução

O revisionismo bolsonarista chegou ao Poder Executivo brasileiro em 2019. A partir de então, coletivos de aliados e correligionários simpatizantes das ideias de Jair Bolsonaro tornaram-se o centro de discussões dos mais variados matizes. As ações desempenhadas pelo presidente e seus colaboradores, desde o pleito eleitoral no qual saíram vitoriosos, inspirou analistas no desenvolvimento de leituras diversas. Por exemplo, há quem defenda o fato de que a vitória da extrema direita, nas eleições de 2018, tenha rompido o pacto democrático estabelecido na Constituição Federal de 1988. Todavia, mesmo com a vitória da extrema-direita nas eleições e os constantes arroubos autoritários do poder Executivo, o país permanece sob uma normalidade democrática, e as instituições representativas brasileiras se apresentam em pleno funcionamento.

Entretanto, essas mesmas instâncias receberam ataques dos mais diversos tipos nos últimos anos, isoladamente ou mesmo de forma mobilizada<sup>1</sup>. Entendemos serem as Jornadas de Junho de 2013 o estopim para que a regularidade da democracia brasileira se tornasse ameaçada na conjuntura. A força dessas manifestações fez com que as eleições gerais de 2014 fossem polarizadas a um nível exacerbado, dividindo o país entre “coxinhas” e “petralhas”<sup>2</sup>. Nos anos subsequentes, a cisão na sociedade serviu para

---

<sup>1</sup> Podemos indicar como ataques à democracia no Brasil: o Golpe parlamentar que depôs a presidenta Dilma Rousseff da presidência da República, em agosto de 2016; as políticas de austeridade e minimização do Estado pelo governo Temer; a polarização e o pleito eleitoral turbulento; assim como o triunfo bolsonarista nesse pleito, em outubro de 2018.

Mais sobre isto: GALLEGO, Esther Solano (Org). **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

<sup>2</sup> Durante as eleições gerais de 2014, a sociedade brasileira ficou polarizada entre dois partidos no segundo turno do pleito, PT e PSDB, e os correligionários de ambas as agremiações políticas se apelidaram no debate público. Os “tucanos”, chamavam os eleitores do PT, de “petralhas”, em alusão aos irmãos metralhas, personagens dos desenhos de Walt Disney que cometem vários crimes nas histórias. Assim, de forma jocosa, os

“repaginar” um antigo elemento da cultura política brasileira: o anticomunismo. Desde o início da década de 2010 esse elemento ressignificado, passou a ter peso na política nacional, como na deposição de uma presidenta eleita democraticamente em 2016. Por fim, a união de todas essas questões projetou Bolsonaro nacionalmente, transformando-o, de integrante do baixo clero da Câmara dos Deputados<sup>3</sup>, a esperança contra a “velha política”. Bolsonaro foi escolhido, por uma parcela da sociedade brasileira, como o candidato antissistema.

O núcleo duro dessa “frente ampla” das direitas que contribuiu na eleição de Jair Bolsonaro recebeu, de alguns pesquisadores, a denominação de *Nova Direita brasileira*<sup>4</sup>. A atuação destacada, desde o advento das Jornadas de Junho, seguida pelas mobilizações antipetistas, entre 2014 e 2015, e finalizada na conjuntura que seguiu ao Golpe de 2016, postulou-as como uma espécie de blindagem ao bolsonarismo, movimento fortalecido pela ascensão de Jair Messias Bolsonaro ao poder Executivo, a partir do apoio de diferentes setores direitistas e reacionários da sociedade brasileira. De acordo com o cientista político Leonardo Avritzer (p.18, 2021):

---

apoiadores de Aécio Neves, à época, associavam o desenho animado aos escândalos de corrupção surgidos no decorrer do primeiro mandato de Dilma Rousseff. Os petistas, por sua vez, chamavam os simpatizantes do candidato psdebista de “coxinhas”, uma expressão paulista para intitular pessoas certinhas. Politicamente o termo ficou associado aos indivíduos que aparentam ser algo, mas que na realidade não são, ou seja, o “coxinha”, seria aquele que defende um *status quo* ao qual ele não pertence. Em suas falas e ações estende uma defesa aos ricos, pensa ser rico, mas na verdade é apenas um objeto a serviço dos ricos.

<sup>3</sup> A expressão “baixo clero”, na política brasileira, é utilizada como referência a parlamentares com pouca expressão na Câmara dos Deputados que, além disso, agem com base no fisiologismo, ou seja, suas ações têm interesse local e pessoal. Geralmente, os integrantes dessa parte do parlamento não apresentam grande visibilidade nos processos políticos importantes do plenário, pois se preocupam, na maior parte do tempo, em resolver assuntos ligados a sua base eleitoral.

<sup>4</sup> Mais sobre isto: CASIMIRO, Flavio Henrique. **A nova direita: aparelhos de ação político e ideológica no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

O bolsonarismo representa uma nova forma de conservadorismo ideológico e anti-institucional, que abandona a premissa de governo virtuoso em troca da ideia de destruição das estruturas sociais do Estado e das bases públicas de uma política de esquerda.

Entendemos também que toda a mística estruturada em torno de Jair Bolsonaro não é apenas obra de seu pensamento e expertise. Contudo, endossamos o fato de que exista uma grande importância no papel desempenhado pelo presidente, desde o período anterior ao seu triunfo eleitoral em outubro de 2018.

Estudar e entender as direitas é uma tarefa importante na atualidade. As análises relacionadas a esse grupo político pautam-se em suas ideias e intencionalidades. Faz-se necessário desvendar o quanto as direitas podem ser transformadoras em suas ações e se, de fato, as mudanças que elas ensaiam trazer à realidade político-institucional da sociedade surtem efeitos consideráveis.

O Bolsonarismo se estrutura a partir de um revisionismo saudosista, que exalta a tortura, a repressão militar e os torturadores que utilizaram da violência de Estado e do anticomunismo para se afirmarem no poder por mais de 20 anos. Evidentemente, que outras ações foram desempenhadas no período, para que isso ocorresse, contudo, a brutalidade em reprimir opositores e o pretexto para tal atitude devem ser levados em consideração.

É importante fazermos algumas ponderações, pois o revisionismo difere do negacionismo. Os dois representam termos que versam sobre reanálises de um saber constituído, apontando novidades a respeito do mesmo, contudo possuem particularidades. O primeiro pode ser definido como uma forma de se reinterpretar a história, tendo como base a imprecisão dos fatos históricos, assim como de sua construção, ao serem observados. Diferencia-se do

negacionismo, pois este traz a negação de alguma verdade histórica, mesmo que seja consenso sua veracidade. O negacionismo busca trazer a diminuição da seriedade sobre algum estudo e geralmente é usado para fins políticos. O exemplo mais emblemático é a negação sobre a existência do holocausto, durante o período do nazismo, na Alemanha Hitlerista, entre os anos 1930 e 1940. Segundo Pierre Vidal Naquet (1988), “[...] o método revisionista, é, em nossa sociedade de encenação e espetáculo, uma tentativa de extermínio, no papel, que substitui o extermínio real. Ressuscitam-se os mortos para atingir melhor os vivos” (VIDAL-NAQUET, 1988, p 45).

O revisionismo, surgido na era lulopetista com o propósito de esclarecer o que de fato ocorreu durante o período da repressão no Brasil, serviu também para evidenciar uma disputa de narrativas que golpeou a democracia no Brasil, com o impeachment em Dilma Rousseff. Ambos os acontecimentos contribuíram para divulgar as interpretações sobre o bolsonarismo. Em última instância esse fenômeno colaborou também para a volta do poder central da república às mãos de um militar. Contraditoriamente, elegendo democraticamente um indivíduo que, durante toda sua trajetória política, defendeu o retorno da ditadura militar como solução para os problemas da sociedade brasileira.

Desse modo, nas páginas seguintes serão analisados acontecimentos que marcaram o primeiro ano de mandato de Jair Messias Bolsonaro. Momento que confirma a ideia de sua tentativa em institucionalizar e legitimar o revisionismo sobre a Ditadura como uma postura oficial do Estado.

### **As medidas revisionistas de Jair Bolsonaro como presidente do Brasil**

O primeiro ano de governo de Jair Bolsonaro ficou marcado pelo incremento de atos ligados à sua visão revisionista sobre a Ditadura. A seguir

problematizaremos oito ocasiões em que o revisionismo bolsonarista foi posto em ação como política de governo, durante o ano de 2019, o primeiro ano de mandato do ex-capitão como presidente da República.

A medida inicial empreendida, seguindo essa ideia, aconteceu 24 dias após a posse, e foi encabeçada pelo vice-presidente, o general Hamilton Mourão. Em 24 de janeiro de 2019, Mourão<sup>5</sup> firmou, em decreto, a alteração da Lei de Acesso à Informação (LAI) n°. 12.527/2011.

A lei, conforme já mencionamos, foi criada no governo Dilma Rousseff, com o intuito de garantir que qualquer cidadão pudesse ter acesso a todos os dados relacionados a instâncias do governo, sendo que apenas o presidente, o vice, os ministros, os comandantes das Forças Armadas e os chefes de missões diplomáticas podiam considerar uma informação como ultrassecreta. O decreto do governo Bolsonaro estendeu essa prerrogativa a comissionados de alto nível e também a dirigentes de fundações e empresas públicas. Essa alteração atingiu um decreto de 2012, que regulamentou a LAI, estabelecendo que uma informação considerada ultrassecreta ficaria sob sigilo pelo prazo de 25 anos, podendo ser renovado pelo mesmo período apenas uma única vez.

Percebemos que a modificação da lei abria brechas para a corrupção governamental, ou para práticas ilícitas tendo em vista que o que poderia ser visto por qualquer cidadão já não seria mais possível.

De certa forma, a alteração buscada por Mourão apresenta uma semelhança ao tempo da Ditadura, defendido pelo bolsonarismo como um período sem corrupção. Isso porque, com a mudança na LAI, informações ligadas ao governo que outrora não eram consideradas ultrassecretas, tornam-se sigilosas, facilitando que práticas ilícitas sejam “preservadas”, isto é, que não sejam compartilhadas com o grande público. Assim, viabiliza-se o argumento

---

<sup>5</sup> O general Hamilton Mourão estava como presidente em exercício, pois Jair Bolsonaro se encontrava de licença médica.

da não existência de corrupção, ou de práticas ilegais, fato que se procedeu durante o regime militar.

Ao estender a condição de considerar uma informação como ultrassecreta para setores do segundo escalão governamental, o governo Bolsonaro, em certo sentido, pareceu mascarar ações do governo. Felizmente, na votação da revogação desse decreto, na Câmara, o governo sofreu uma de suas primeiras derrotas, não procedendo a modificação do ato normativo<sup>6</sup> em questão.

Seguindo a análise das declarações revisionistas desempenhadas pelo presidente no seu primeiro ano de governo, discorreremos agora acerca da declaração concedida publicamente por ele, em discurso, durante a cerimônia de posse do novo diretor-geral da hidrelétrica de Itaipu. O ex-capitão nomeou para o cargo o general Joaquim Silva e Luna, e aproveitou o evento para elogiar os cinco ditadores brasileiros participantes da construção da usina binacional em parceria com o Paraguai, afirmando serem eles os principais responsáveis pela condução da obra, durante as décadas de 1960, 1970 e 1980. No transcurso da narrativa, Bolsonaro exaltou e fez elogios públicos ao ex-presidente paraguaio Alfredo Stroessner, que conduziu uma Ditadura no país, por quase 35 anos, entre 1954 e 1989. Nas palavras de Bolsonaro:

[...] Marito, isso tudo não seria suficiente se não tivesse do lado de cá um homem de visão, um estadista, que sabia perfeitamente que o seu país, Paraguai, só poderia prosseguir e progredir se tivesse energia. Então, aqui também a minha homenagem ao nosso general Alfredo Stroessner<sup>7</sup>. (informação verbal)

---

<sup>6</sup> Após derrota na Câmara, Bolsonaro revoga decreto que mudava Lei de Acesso à Informação. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/02/apos-derrota-na-camara-bolsonaro-revoga-decreto-que-mudava-lei-de-acesso.shtml>>. Acesso em: 19 de setembro de 2021.

<sup>7</sup> IDSINFOVÍDEO. **Agora! Pronunciamento de Bolsonaro esquerda nunca mais!** Posse do novo diretor de Itaipu 26/02. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7jEEXNZv9do>>. Acesso em: 19 de setembro de 2021.

“El Stronato”, definição histórica dada ao período em que Stroessner esteve no poder paraguaio, foi o ciclo mais longo em que uma pessoa ficou à frente do governo de um país, na América do Sul, de modo contínuo<sup>8</sup>. A Ditadura paraguaia, além de ter ocorrido por um maior período de tempo, em relação às congêneres sul-americanas, também é marcada por violações aos direitos humanos, realizadas sumariamente. O Arquivo do Terror<sup>9</sup>, que contém documentos secretos do período Stroessner, descoberto em 1992, traz informações acerca de prisões arbitrárias, torturas e desaparecimentos de opositores, abusos sexuais cometidos em mulheres e crianças, assim como evidências da participação do governo na Operação Condor. Este acordo cooperativo firmado entre as Ditaduras militares do Cone Sul teve o objetivo de eliminar opositores aos regimes autoritários estabelecidos nos países durante as décadas de 1970 e 1980.

Conforme a *Comisión Verdad y Justicia* (CVJ), grupo criado para a análise dos acontecimentos relacionados ao regime stronista, a Ditadura paraguaia possui um número de aproximadamente 21 mil vítimas diretas, sendo 423 desaparecidos, 19.782 detenções ilegais, 18.772 pessoas torturadas, 59 execuções e 3470 exilados durante os seus quase 35 anos de existência<sup>10</sup>.

---

<sup>8</sup> Mais sobre isto: SILVA, Graziano Uchôa Pinto da. **A era Stroessner**: uma análise da cultura política paraguaia (1954-1970). 2011. 114 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2011. Disponível em: <[http://ri.ufmt.br/bitstream/1/1355/1/DISS\\_2011\\_Graziano%20Uch%C3%B4a%20Pinto%20da%20Silva.pdf](http://ri.ufmt.br/bitstream/1/1355/1/DISS_2011_Graziano%20Uch%C3%B4a%20Pinto%20da%20Silva.pdf)> Acesso em: 19 de setembro de 2021.

<sup>9</sup> A Suprema Corte do Paraguai e a organização Arquivo de Segurança Nacional assinaram, em 3 de agosto de 2007, um convênio com o objetivo de digitalizar o acervo do Arquivo do Terror e disponibilizá-lo para consulta pública.

<sup>10</sup> Dados retirados de: Informe final de La Comisión de Verdad y Justicia del Paraguay. Disponível em: <[http://www.derechoshumanos.net/lesahumanidad/informes/paraguay/Informe\\_Comision\\_Verdad\\_y\\_Jurrticia\\_Paraguay\\_Conclusiones\\_y\\_Recomendaciones.htm](http://www.derechoshumanos.net/lesahumanidad/informes/paraguay/Informe_Comision_Verdad_y_Jurrticia_Paraguay_Conclusiones_y_Recomendaciones.htm)> Acesso em: 19 de setembro de 2021.

Portanto, elogiar durante uma solenidade figuras históricas de biografias marcadas por graves violações aos direitos humanos é um ato, no mínimo, controverso. Sendo assim, essa ação de Jair Bolsonaro pode ser considerada como sua segunda medida revisionista na qualidade de presidente, comprovando o modo como enxerga esse período na história do Brasil e do continente sul-americano.

No mesmo sentido, podemos localizar a terceira ação revisionista exercida por Bolsonaro, advinda em 25 de março de 2019. Justamente no início da semana que antecedeu o aniversário do Golpe Civil-Militar de 31 de março de 1964. Na ocasião, o presidente estendeu autorização às Forças Armadas para comemorem a data realizando solenidades nos quartéis, exaltando o acontecimento e os desdobramentos decorrentes.

Essa medida gerou grande repercussão no país, a maioria em repúdio à decisão do presidente. A informação passada pelo porta-voz da Presidência da República, Otávio Rêgo Barros, em 25 de março de 2019, foi que Bolsonaro determinou ao Ministério da Defesa “comemorar devidamente”, da maneira que os comandantes achassem necessário, no interior de suas respectivas guarnições e dentro do contexto em que deveriam ser feitas<sup>11</sup>. Explicando a decisão tomada, Barros completou dizendo:

O presidente não considera 31 de março de 1964 um golpe militar. Ele considera que a sociedade, reunida e percebendo o perigo que o país estava vivenciando naquele momento, juntou-se, civis e militares, e nós conseguimos recuperar e recolocar o nosso país em um rumo que, salvo o melhor juízo, se isso não tivesse ocorrido, hoje nós estaríamos tendo algum tipo de governo aqui que não seria bom para ninguém<sup>12</sup>. (informação verbal)

---

<sup>11</sup> Bolsonaro determinou que Defesa faça as “comemorações devidas” do golpe de 64, diz p porta-voz. G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/25/bolsonaro-determinou-que-defesa-faca-as-comemoracoes-devidas-do-golpe-de-64-diz-porta-voz.gh.html>>. Acesso em: 19 de setembro de 2021.

<sup>12</sup> AFPBR. **Bolsonaro ordena ‘comemorações devidas’ por golpe de 64**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=WInmDIgk8yg>>. Acesso em: 19 de setembro de 2021.

Assim, fica nítido o caráter revisionista da ordem baixada aos quartéis pelo presidente, além da visão tendenciosa de Bolsonaro sobre os acontecimentos que iniciaram a Ditadura no Brasil.

O governo buscou minimizar os comentários a respeito do assunto. Em entrevista à imprensa, após sair do evento em comemoração aos 211 anos da Justiça Militar, no dia 28 de março de 2019, o próprio presidente, ao ser indagado sobre ter dado ordens de comemoração sobre o Golpe, afirmou: “Não foi comemorar, foi rememorar, rever o que está errado, o que está certo e usar isso para o bem do Brasil no futuro”<sup>13</sup>. (informação verbal)

Além disso, completou lembrando a Lei da Anistia e a importância de respeitá-la. Todavia, se o intuito era a rememoração da data do Golpe, o ex-capitão deveria lembrar-se de que a CNV, já se debruçara sobre esses eventos, trazendo à tona as verdades sobre o período.

Devemos ter em mente o fato de que a data celebrada por Bolsonaro, isto é, o aniversário do Golpe, deu início a Ditadura militar no Brasil. Permitir sua comemoração é ser contrário à democracia, haja vista que por mais de 20 anos, a normalidade do Estado de Direito manteve-se comprometida no país. Conforme Marcos Napolitano:

[...] o golpe foi muito mais do que uma rebelião militar, envolveu uma variedade de agentes em seu empreendimento: civis e militares, liberais e autoritários, empresários e políticos, classe média e burguesia. Todos unidos pelo anticomunismo, a doença infantil do antirreformismo dos conservadores (2014, p. 44-45).

---

<sup>13</sup> **Golpe de 1964 Bolsonaro diz que objetivo não é comemorar, mas rememorar.** Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=uXnvYJ2g-bw>>. Acesso em: 19 de março de 2020.

Bolsonaro muda tom e diz que ideia é rememorar, e não comemorar, golpe de 1964. **Folha de São Paulo.** Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/bolsonaro-muda-tom-e-diz-que-ideia-e-rememorar-e-nao-comemorar-golpe-de-1964.shtml>>. Acesso em: 19 de setembro de 2021.

O Golpe, desdobrado na Ditadura que durou 21 anos, trouxe mudanças significativas ao Brasil. Algumas dessas consequências ainda são evidentes no tempo presente.

É necessário também lembrar como a Ditadura dividiu o país em uma disputa sucedida além do campo ideológico. As Forças Armadas diziam estar numa guerra em que não entraram para perder, contra todos que se declarassem opositores ao regime.

Em suma, é impossível enaltecer um episódio no qual milhares de pessoas sofreram expurgos e cujos reflexos ainda existem no país. Comemorar essa efeméride significa desprezar a Constituição vigente. Exaltar a tomada do poder central de nossa República pela força das armas contraria o princípio democrático estabelecido por nossa Carta Magna, promulgada em 1988. Dessa maneira, a ação de Jair Bolsonaro enquadra-se no que está previsto na Constituição da República Federativa do Brasil, Artigo 85, incisos I, II e III:

São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:

I - a existência da União;

II - o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação;

III - o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;  
(BRASIL, 1988).

Portanto, incitar a comemoração de um período no qual cinco generais eleitos indiretamente governaram tendo como prerrogativas os Atos Institucionais e o uso da força, e em que sérias violações aos direitos humanos ocorreram, é algo grave, evidenciando o descomprometimento de Jair Bolsonaro com a democracia.

A quarta situação em que a visão revisionista do presidente veio à tona é bastante marcante, pois está ligada a um acontecimento que se deu durante a Ditadura no Brasil, o desaparecimento do estudante universitário e funcionário público pernambucano, em 1974, Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira<sup>14</sup>. O atual presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Felipe Santa Cruz, é filho desse desaparecido político. Fato que fomentou um grande debate público sobre o episódio.

Isso porque, em 29 de julho de 2019, Bolsonaro afirmou para vários veículos de imprensa, em sua saída costumeira do Palácio do Planalto, ter informações sobre os motivos e autores do desaparecimento do pai de Santa Cruz. Essa declaração foi dada por Bolsonaro como maneira de atacar a atuação da OAB na investigação do caso de Adélio Bispo, autor do atentado à faca do qual foi alvo em 6 de setembro de 2018, à época de sua campanha presidencial. Assim, após reclamar da atuação desempenhada pela entidade no inquérito aberto sobre o suposto crime de Adélio, completou: “Um dia, se o presidente da OAB quiser saber como é que o pai dele desapareceu no período militar, eu

---

<sup>14</sup> Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira nasceu na cidade do Recife, estado de Pernambuco, em 20 de fevereiro de 1948. Iniciou sua militância no movimento estudantil secundarista, em 1966, ano em que chegou a ser preso numa manifestação contra o acordo MEC-USAID. Na ocasião, ainda era menor de idade e, por isso, permaneceu uma semana em detenção no Juizado de Menores. Mudou-se para o Rio de Janeiro, em 1968, quando passou a trabalhar na Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana da Grande Rio, ligada ao Ministério de Interior. A mudança se deveu ao fato de que sofria perseguições por sua militância na cidade onde morava e, estando em uma cidade maior, considerou que seria menos visado. Casou-se com Ana Lúcia Valença de Santa Cruz, em 1970. Posteriormente, ingressou no curso de direito da Universidade Federal Fluminense (UFF), em 1972, mesmo ano em que seu único filho, Felipe Santa Cruz Oliveira, nasceu. Em 1973, mudou-se novamente com a família, dessa vez para São Paulo, onde assumiu a função de servidor público no Departamento de Águas e Energia Elétrica. Durante o feriado de carnaval do ano de 1974, desapareceu, após ser preso por agentes das Forças Armadas do Estado Brasileiro.

Informações retiradas de: BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Mortos e desaparecidos políticos/ Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014, (p.1601-1607). Disponível em: <[http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume\\_3\\_digital.pdf](http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_3_digital.pdf)> Acesso em: 19 de setembro de 2021.

conto para ele. Ele não vai querer ouvir a verdade. Eu conto para ele ...”<sup>15</sup>.  
(informação verbal)

O fato de Bolsonaro alegar ter conhecimento sobre o desaparecimento de Fernando Santa Cruz, de certa maneira, nos leva a entender que ele é conivente em relação ao crime em questão. Tendo em vista que, legalmente, ter informações sobre um crime e não o denunciar é algo grave para um chefe de Estado.

A declaração de Jair Bolsonaro repercutiu fortemente. Entidades, familiares e políticos repudiaram as declarações do presidente. O presidente da OAB anunciou, por meio de uma carta aberta publicada em rede social, que iria acionar o Supremo Tribunal Federal (STF) para pedir a Bolsonaro mais detalhes sobre o acontecimento. Como dito, Felipe Santa Cruz, além de principal representante da Ordem, é filho do militante desaparecido mencionado por Bolsonaro. Em suas palavras:

Nós temos todo respeito pela figura do presidente da República. Mas o presidente Jair Bolsonaro não agiu hoje como tal. Hoje ele agiu como amigo do porão da Ditadura, agiu olhando o passado e dividindo a sociedade brasileira. O presidente mostra uma faceta muito preocupante do governante, que é a crueldade e a falta de empatia com o ser humano<sup>16</sup>. (informação verbal)

---

<sup>15</sup> MIGALHAS. **Bolsonaro diz saber como pai de presidente da OAB desapareceu na Ditadura**. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=3booV\\_ERyR4](https://www.youtube.com/watch?v=3booV_ERyR4)> Acesso em: 24 de setembro de 2021.

Bolsonaro: 'Se o presidente da OAB quiser saber como o pai desapareceu no período militar, eu conto para ele'. **G1**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/29/se-o-presidente-da-oab-quiser-saber-como-o-pai-desapareceu-no-periodo-militar-eu-conto-para-ele-diz-bolsonaro.ghml>>. Acesso em: 19 de março de 2020.

<sup>16</sup> Presidente da OAB vai interpelar Bolsonaro no STF por fala sobre seu pai. **Veja**. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/presidente-da-oab-vai-interpelar-bolsonaro-no-stf-por-fala-sobre-seu-pai/>>. Acesso em: 24 de setembro de 2021.

A OAB divulgou uma nota de repúdio à declaração de Bolsonaro, ressaltando: "Todas as autoridades do país, inclusive o senhor presidente da República, devem obediência à Constituição Federal, que tem, entre seus fundamentos, a dignidade da pessoa humana, na qual se inclui o direito ao respeito da memória dos mortos"<sup>17</sup>.

A diretora executiva da Anistia Internacional no Brasil, Jurema Werneck, repudiou a afirmação do presidente, dizendo:

O Brasil deve assumir sua responsabilidade, e adotar todas as medidas necessárias para que casos como esses sejam levados à justiça. O direito à memória, justiça, verdade e reparação das vítimas, sobreviventes e suas famílias deve ser defendido e promovido pelo Estado Brasileiro e seus representantes [...], é terrível que o filho de um desaparecido pela Ditadura tenha que ouvir do presidente do Brasil, que deveria ser o defensor máximo do respeito e da justiça no país, declarações tão duras<sup>18</sup> (informação verbal).

A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos enviou um ofício à Presidência, solicitando agenda com o presidente ou com um porta-voz para obter as informações que ele disse ter não só sobre Santa Cruz, mas sobre o paradeiro de desaparecidos durante a Ditadura, procurados por mais de 130 famílias.

Após toda a repercussão da fala, Bolsonaro retornou o assunto em uma transmissão ao vivo pela internet. Na sua *live* semanal, enquanto cortava o

---

<sup>17</sup> Nota de repúdio às declarações do presidente da República. **OAB Nacional**. Disponível em: <<https://www.oab.org.br/noticia/57393/nota-de-repudio-as-declaracoes-do-presidente-da-republica?argumentoPesquisa=fernando%20santa%20cruz>>. Acesso em: 19 de setembro de 2021.

<sup>18</sup> Anistia repudia fala de Bolsonaro sobre a morte do pai do presidente da OAB. **UOL**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/07/29/anistia-repudia-fala-de-bolsonaro-sobre-a-morte-do-pai-do-presidente-da-oab.htm>>. Acesso em: 19 de setembro de 2021.

cabelo, apresentou sua versão sobre o desaparecimento de Fernando Augusto Santa Cruz de Oliveira<sup>19</sup>.

Segundo o presidente, Fernando Santa Cruz fazia parte do grupo “mais sanguinário” em combate à Ditadura, a Ação Popular (AP), no Recife (PE), e foi morto por seus pares, quando se encontrou com eles no Rio de Janeiro, porque estavam desconfiados de serem descobertos, levando a organização à queda<sup>20</sup>, e à queima conseqüentemente<sup>21</sup>.

A grande questão quanto a isso se relaciona ao fato de Bolsonaro, mais uma vez, utilizar teses negacionistas para justificar a repressão contra opositores durante a Ditadura. Essa argumentação, uma espécie de “teoria dos dois demônios”, como explicação para a morte de militantes foi amplamente contestada, desde os anos 1980, tanto pela historiografia quanto pelas entidades de direitos humanos, pois como elucidado no capítulo 1 desta dissertação, essa ideia corresponde a uma leitura equivocada da realidade.

O outro argumento do presidente, sobre a prática do justicamento, ou seja, a morte de militantes por seus pares da guerrilha, também foi descartada.

Segundo o Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, Fernando Santa Cruz foi preso e, depois, morto por agentes do Estado brasileiro, permanecendo desaparecido, visto que os seus restos mortais não foram entregues a sua família (BRASIL, 2014, p.1607). A conclusão expressa no relatório é baseada no relato de dois ex-agentes da Ditadura sobre o

---

<sup>19</sup> BAND JORNALISMO. **Bolsonaro fala sobre pai de Santa Cruz**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-R6cJdlk3c8>>. Acesso em: 19 de setembro de 2021.

<sup>20</sup> Segundo o **Dicionário da Subversão**, publicação difundida pelo Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (Cisa), era a prisão de militantes, apreensão de material ou descoberta de aparelho (ISHAQ; FRANCO; SOUSA, 2012, p.253).

<sup>21</sup> Revelação de um fato clandestino, uma identidade, um aparelho e uma ação. Era dito, por exemplo, que um aparelho estaria queimado quando fosse do conhecimento da repressão (ISHAQ; FRANCO; SOUSA, 2012, p.253).

desaparecimento do militante, assim como na apuração dos fatos, a partir de vasta documentação relacionada ao caso.

O relatório da CNV elencou duas hipóteses prováveis para o desaparecimento de Fernando Santa Cruz. A primeira é a de que, depois de preso na cidade do Rio de Janeiro, ele foi levado para o DOI-Codi do II Exército, em São Paulo, morto no local e sepultado no Cemitério Dom Bosco, em Perus, atualmente necrópole municipal, mas que, no período da Ditadura, foi utilizada para abrigar mais de mil sepultamentos clandestinos, de desaparecidos políticos mortos pelo Estado, alocados em duas valas.

A segunda suposição é de o militante, junto a seu amigo Eduardo Collier Filho<sup>22</sup>, ter sido levado até a Casa da Morte<sup>23</sup>, em Petrópolis (RJ), torturado e morto no local e, em seguida, incinerado na Usina Cambahyba, localizada na cidade de Campos dos Goytacazes, também no estado do Rio de Janeiro. Conforme o Relatório Final da CNV:

[...] esta hipótese é embasada, sobretudo, no depoimento prestado pelo ex-delegado do DOPS/ES, Claudio Guerra, que afirmou que os corpos dos dois militantes teriam sido incinerados na Usina Cambahyba, em Campos dos Goytacazes (RJ). Em depoimento prestado à CNV, o agente chegou a reconhecer formalmente uma foto de Fernando de Santa Cruz e apontá-lo como uma das vítimas que teria recolhido na Casa da Morte para transportar para a usina (BRASIL, 2014, p. 1603-1604).

---

<sup>22</sup> Nascido em 5 de dezembro de 1948, na cidade do Recife (PE), Eduardo Collier Filho era militante da Ação Popular Marxista-Leninista (APML). Estudou Direito na Universidade Federal da Bahia (UFBA), e foi cassado pelo Decreto-Lei 477, enquadrado como estudante subversivo. Em 1968, foi indiciado em inquérito policial pelo DOPS, por ter participado do 30º Congresso da UNE, em Ibiúna, São Paulo. Em 23 de fevereiro de 1974, foi preso por agentes das Forças Armadas do Estado brasileiro junto com Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira. Ambos se encontram desaparecidos até a presente data.

<sup>23</sup> Conforme Elio Gaspari, a casa localizada na rua Arthur Barbosa, 668, em Petrópolis, Rio de Janeiro, funcionava como um aparelho de torturas e assassinatos. O codinome do local era Codão, e funcionava como uma base do Centro de Informações do Exército (GASPARI, 2002, p. 378).

Além disso, Guerra confirmou a mesma hipótese em entrevista organizada em livro, concedida aos jornalistas Marcelo Netto e Rogério Medeiros, no ano de 2012. Segundo o ex-agente da Ditadura, folheando o *Livro dos desaparecidos*, produzido pela Presidência da República: “consegui identificar as pessoas que eu levei para cremação” (GUERRA; NETTO; MEDEIROS, 2012, p. 54). O ex-delegado, Cláudio Guerra, de certa maneira confirma a hipótese de que Santa Cruz foi torturado, morto e, em seguida, levado para o desaparecimento, ao afirmar o seguinte:

Fiz viagens entre a Casa da Morte e a usina de Campos para levar corpos, que eu identifiquei, pelo livro, serem de Fernando Augusto Santa Cruz de Oliveira, Eduardo Collier Filho, José Roman e Luiz Ignácio Maranhão Filho. Afirmo, não torturei, não matei. Somente transporte os cadáveres para a incineração. [...] a usina de Campos, servia como um braço operacional das execuções, uma alternativa para eliminar vestígios dos mortos pelo regime (GUERRA; NETTO; MEDEIROS, 2012, p. 58).

Desse modo, a conclusão obtida a partir da análise desenvolvida é a de que Jair Bolsonaro buscou polemizar acerca de fatos relacionados a um acontecimento histórico já apurado e aceito. Mais uma vez, agora na Presidência, Bolsonaro insiste em criar uma versão alternativa da história, colocando em dúvida a atuação da CNV, em relação a sua análise sobre fatos ocorridos durante a Ditadura. Além disso, desenvolveu essa ação, atacando os familiares da vítima em questão, simplesmente pelo fato de não ter sua vontade atendida sobre o processo de seu atentado, ou seja, de certa maneira, a motivação de Bolsonaro em criar essa versão do acontecido foi totalmente pessoal.

Seguindo a análise de atitudes revisionistas de Jair Bolsonaro, explanaremos agora sobre o elogio à Ditadura brasileira, feito pelo presidente,

durante seu discurso na abertura da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York, nos Estados Unidos.

Tradicionalmente, desde 1949, cabe ao representante brasileiro abrir o debate geral da Assembleia das Nações Unidas. Foi o primeiro pronunciamento de Bolsonaro como chefe de Estado nesse encontro e, durante a explanação, o presidente reafirmou as mesmas ideias que sempre o acompanharam durante sua trajetória política. Ou seja, criticou os governos anteriores. Novamente afirmou que salvou o Brasil do “socialismo”. Finalizou, criticando uma ação política desenvolvida durante o mandato de Dilma Rousseff, em especial, o programa Mais Médicos.

O referido Programa foi lançado em 8 de julho de 2013, com o objetivo de suprir a carência de médicos em municípios do interior e nas periferias de grandes cidades do Brasil. Segundo dados do Ministério da Saúde e do Sistema Único de Saúde (SUS), o projeto contou com a participação de aproximadamente 19 mil médicos, sendo mais de 11 mil de nacionalidade cubana, atuando em 4058 municípios e 34 áreas indígenas<sup>24</sup>.

Após ser eleito, Jair Bolsonaro cancelou o programa, criando um novo, chamado Médicos pelo Brasil. Desse, apenas brasileiros poderiam participar. O governo cubano, por meio de nota, solicitou o retorno de seus profissionais a Cuba.

Durante o discurso na Assembleia da ONU, o presidente teceu críticas ao programa e a Cuba, além de aproveitar o ensejo para elogiar, mais uma vez em uma cerimônia realizada no exterior, a Ditadura brasileira. Assim como fez no Paraguai, declarou que os militares brasileiros, em 1964, venceram a guerra contra o socialismo durante a década de 1960. Observa-se que as falas de Bolsonaro procuram realizar uma ligação entre sua vitória eleitoral e o Golpe de

---

<sup>24</sup> Mais sobre isto: **Mais médicos** - resultados para o país. Disponível em: <http://maismedicos.gov.br/resultados-para-o-pais>. Acesso em: 21 de setembro de 2021.

1964. Como é possível verificar no fragmento:

Em 2013, um acordo entre o governo petista e a Ditadura cubana trouxe ao Brasil 10 mil médicos sem nenhuma comprovação profissional. Foram impedidos de trazer cônjuges e filhos, tiveram 75% de seus salários confiscados pelo regime e foram impedidos de usufruir de direitos fundamentais, como o de ir e vir. Um verdadeiro trabalho escravo, acreditem.... Respalhado por entidades de direitos humanos do Brasil e da ONU!

Antes mesmo de eu assumir o governo, quase 90% deles deixaram o Brasil, por ação unilateral do regime cubano. Os que decidiram ficar, irão se submeter à qualificação médica para exercer sua profissão. Deste modo, nosso país deixou de contribuir com a Ditadura cubana, não mais enviando para Havana 300 milhões de dólares todos os anos.

A história nos mostra que, já nos anos 60, agentes cubanos foram enviados a diversos países para colaborar com a implementação de Ditaduras. Há poucas décadas tentaram mudar o regime brasileiro e de outros países da América Latina. Foram derrotados! Civis e militares brasileiros foram mortos e outros tantos tiveram suas reputações destruídas, mas vencemos aquela guerra e resguardamos nossa liberdade<sup>25</sup>. (informação verbal)

No discurso, Bolsonaro apresentou informações falsas em relação ao programa Mais Médicos e também a respeito da Ditadura no Brasil. Os médicos cubanos que atuavam em território brasileiro tinham sim formação profissional. A Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, que instituiu o programa Mais Médicos, no seu Artigo 13, diz o seguinte:

Art. 13. É instituído, no âmbito do Programa Mais Médicos, o Projeto Mais Médicos para o Brasil, que será oferecido:

---

<sup>25</sup> ESTADÃO. Assista à íntegra do discurso de Jair Bolsonaro na ONU. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7OfUOd45ETw>>. Acesso em: 21 de setembro de 2020.

Veja a íntegra do discurso de Bolsonaro na abertura da Assembleia Geral da ONU. G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/09/24/veja-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-na-abertura-da-assembleia-geral-da-onu.ghtml>>. Acesso em: 21 de setembro de 2021.

I - aos médicos formados em instituições de educação superior brasileiras ou com diploma revalidado no País; e

II - aos médicos formados em instituições de educação superior estrangeiras, por meio de intercâmbio médico internacional.

§ 1º A seleção e a ocupação das vagas ofertadas no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil observarão a seguinte ordem de prioridade:

I - médicos formados em instituições de educação superior brasileiras ou com diploma revalidado no País, inclusive os aposentados;

II - médicos brasileiros formados em instituições estrangeiras com habilitação para exercício da Medicina no exterior; e

III - médicos estrangeiros com habilitação para exercício da Medicina no exterior (BRASIL, 2013)<sup>26</sup>.

Além disso, dados do Tribunal de Contas da União (TCU), de 2017, apontaram que, dos 18.240 médicos participantes do programa até o período, 29% (5.274) eram formados em instituições de ensino brasileiras, assim como 8,4% (1.537) tinham diplomas de universidades do exterior e 62,6% (11.429) eram cubanos e faziam parte do acordo de cooperação com a Organização Pan-Americana de Saúde (Opas). Esses números produzidos por um órgão do Estado brasileiro comprovam<sup>27</sup> que os dados divulgados por Jair Bolsonaro não têm base na realidade.

Sobre a Ditadura, como demonstramos nos tópicos anteriores, a opinião do presidente está embasada na visão anticomunista. Segundo tal ótica, Cuba representava uma espécie de “ameaça vermelha” permanente à América Latina.

Conforme Motta, o temor ao comunismo foi o “cimento” da mobilização anti Goulart e “[...] o medo expressado por eles durante a crise era efetivo”

---

<sup>26</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12871.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12871.htm)>. Acesso em: 21 de setembro de 2021.

<sup>27</sup> Dados retirados de: TCU aponta que Mais Médicos é eficaz, mas precisa corrigir falhas financeiras. TCU. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/tcu-aponta-que-mais-medicos-e-eficaz-mas-precisa-corriger-falhas-financeiras.htm>>. Acesso em: 21 de setembro de 2021.

(MOTTA, 2002, p. 276). Apesar de existir um temor real ao comunismo em 1964, baseado sobretudo na defesa da propriedade privada e da moral cristã católica, tal fato não justifica exaltar o Golpe Civil-Militar ocorrido naquele ano, evento fruto de uma mobilização que reuniu diversos setores da sociedade brasileira.

Dessa maneira, quando Bolsonaro exterioriza esse tipo de declaração, busca manifestar sentimentos presentes em parte de seus apoiadores saudosistas do regime militar. Evidencia novamente que sua preocupação nunca esteve baseada em dados factuais, mas sim que teve por objetivo mobilizar o apoio de seus pares e simpatizantes, criando versões alternativas da história. Ou seja, sua meta nas declarações sobre a Ditadura é exaltar um “passado que nunca existiu”.

Finalmente, é oportuno analisar a iniciativa mais significativa do primeiro ano de mandato de Jair Bolsonaro, a reformulação da chamada Comissão Nacional da Anistia.

A Comissão de Anistia foi criada em 28 de agosto de 2001 pela Medida Provisória (MP) nº 2.151, sancionada por Fernando Henrique Cardoso, à época, presidente do Brasil. Em 13 de novembro de 2002, essa MP transformou-se na Lei 10.559<sup>28</sup> e, a partir de então, os atos de perseguição política, ocorridos entre 18 de setembro de 1946 até 5 de outubro de 1988 (data em que foi promulgada a Constituição Federal) passaram a ser apurados por essa representação.

Atualmente, ainda existem indenizações a serem analisadas e aprovadas. Contudo o governo Bolsonaro, guiado por uma política de Estado revisionista, já negou aproximadamente 85% dos 2717 pedidos, em pouco mais de um ano de mandato, visto que a ordem dada pelo presidente para a pasta chefiada por Damare Alves, ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos é de

---

<sup>28</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10559.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10559.htm)>. Acesso em: 21 de setembro de 2021.

negar todos os pedidos<sup>29</sup>. Ademais, no período entre 2002 e 2018 a Comissão de Anistia estava ligada ao Ministério da Justiça.

Essa discussão sobre a presente atuação da Comissão de Anistia é válida, pois, desde sua criação, mais de 65 mil requerimentos foram apreciados, dentre os 77 mil apresentados ao órgão<sup>30</sup>. Além disso, deve ser reconhecida a atuação do Estado brasileiro, desde a criação desse conselho, em desenvolver, de forma pública e pelos meios legais, os princípios da democracia e das medidas transicionais, ao indenizar cada anistiado, legando-lhe o direito à reparação, memória e verdade.

Desse modo, quando a única diretriz do Poder Executivo é a negação dos pedidos à Comissão, fica evidente o descompromisso do bolsonarismo com os princípios citados acima. Por outro lado, é também explícita a vontade do presidente de desenvolver o silêncio, tendo em vista que para os militares, este seria a primeira etapa do esquecimento, do apagamento da memória e da história das cisões que ameaçam cindir a sociedade (NAPOLITANO, p.321, 2014).

Se na Ditadura Militar, o silêncio oficial e a censura exemplificaram a postura do governo sobre esses casos, a partir de 2019, o revisionismo foi assumido como política de memória do Estado brasileiro. A postura de relativizar o Golpe Civil-Militar de 1964, de justificar a Ditadura e, por fim, de defender a anistia de 1979, com o perdão aos torturadores, é um marco da conciliação pós-regime.

Assim, basta esquecer, apagar, não dar atenção ao tema e o mesmo será

---

<sup>29</sup> Orientação na Comissão de Anistia é negar pedidos em massa, diz conselheiro do órgão. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/09/orientacao-na-comissao-de-anistia-e-negar-pedidos-em-massa-diz-conselheiro-do-orgao.shtml>>. Acesso em: 21 de setembro de 2021.

<sup>30</sup> Dados disponíveis em: Sobre a comissão. **Justiça e Segurança pública**. <<https://www.justica.gov.br/seus-direitos/anistia/sobre-a-comissao/sobre-a-comissao>>. Acesso em: 17 de setembro de 2021.

deixado para trás, com a força do tempo. A situação da Comissão de Anistia recebeu mudanças durante os anos de 2020 e 2021. Por mais que o foco desse artigo seja o ano de 2019, vale mencionar as ações desempenhadas pelo governo Bolsonaro no órgão, a partir de medidas adotadas pela ministra Damares Alves.

Como já mencionado, desde o início do mandato de Bolsonaro, a ordem é a de negar os requerimentos de anistia e encerrar o assunto. Tal atitude objetiva criar um silêncio sobre o tema, legando-o ao esquecimento. Desse modo, as mudanças nos integrantes que compõem a Comissão de anistia<sup>31</sup> são elementos de destaque. Existem conselheiros no grupo de trabalho que denominam ex-militantes durante a Ditadura, como terroristas, o que de certa maneira condiciona a uma visão alternativa e maniqueísta da história, comprometendo as devidas reparações indenizatórias.

Em 8 de junho de 2020, a ministra Damares Alves anulou a Anistia de aproximadamente 300 pessoas<sup>32</sup>. A alegação concedida foi a de que o período em questão não possui existência de perseguição comprovada<sup>33</sup>. Em suma, a ministra enxerga-se no mérito de anular um direito conquistado por indivíduos lesados pelo Estado brasileiro, baseando-se em uma análise pessoal.

Como já dito, o revisionismo bolsonarista, em alguns momentos, busca a negação dos fatos históricos verídicos. Assim, o presidente empreende sua tarefa de criar uma versão alternativa sobre a Ditadura no Brasil. Bolsonaro sabe que o campo da memória é de disputas, e influencia na construção orgânica de um grupo, trazendo capilaridade política. Os seguidores do

---

<sup>31</sup> Sob Bolsonaro, Comissão de Anistia muda critérios e vítima vira terrorista. **UOL**. Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/08/10/anistiando-terrorista-e-decisao-com-base-em-infancia-militar-as-decisoes.htm> >. Acesso em: 20 de setembro de 2021.

<sup>32</sup> Damares Alves anula anistia política de 300 pessoas. **Época**. Disponível em: < <https://epoca.globo.com/guilherme-amado/damares-alves-anula-anistia-politica-de-300-pessoas-24468661> >. Acesso em: 20 de julho de 2021.

<sup>33</sup> Portaria nº 1.266, de 5 de junho de 2020. Disponível em: < <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1.266-de-5-de-junho-de-2020-260558043> >. Acesso em 20 de junho de 2021.

bolsonarismo apegam-se a ideia de passado glorioso, cristalizado pela Ditadura. Quando o presidente noticia a eles a derrubada de um mito histórico, como modo de ação para buscar o sucesso no empreendimento de sua política de Estado revisionista, apaga o passado e cria uma disputa de narrativas sobre o período, fundamentada em embates nos quais as ações e manifestações desenvolvidas pelos participantes desse conflito memorial estão dotadas de um significado próprio.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### RELATÓRIOS

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Mortos e desaparecidos políticos/Comissão da Verdade. Brasília: CNV, 2014.

**Informe final de la Comisión de Verdad y Justicia del Paraguay**. Disponível em:

<[http://www.derechoshumanos.net/lesahumanidad/informes/paraguay/Informe\\_Comision\\_Verdad\\_y\\_Jusrtycia\\_Paraguay\\_Conclusiones\\_y\\_Recomendaciones.htm](http://www.derechoshumanos.net/lesahumanidad/informes/paraguay/Informe_Comision_Verdad_y_Jusrtycia_Paraguay_Conclusiones_y_Recomendaciones.htm)>. Acesso em: 19 de março de 2020.

### PERIÓDICOS

Acervo on line **Jornal Folha de São Paulo**.

Acervo on line **Jornal G1**.

Acervo on line **Jornal UOL**.

Acervo on line **Revista Época**.

Acervo on line **Revista Veja**.

## LEGISLAÇÕES

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 11 de setembro de 2021.

## REFERÊNCIAS AUDIOVISUAIS

Agora! Pronunciamento de Bolsonaro esquerda nunca mais! Posse do novo diretor de Itaipu 26/02. **IDSInfoVídeo**. 26 fev 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7jEEXNZv9do>>. Acesso em: 19 de setembro de 2020.

BAND JORNALISMO. **Bolsonaro fala sobre pai de Santa Cruz**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-R6cJdlk3c8>>. Acesso em: 19 de setembro de 2021.

Bolsonaro ordena 'comemorações devidas' por golpe de 64. **AFPBR**. s/d Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=WInmDIgk8yg>>. Acesso em: 19 de setembro de 2021.

Bolsonaro diz saber como pai de presidente da OAB desapareceu na Ditadura. **Migalhas**. s/d. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=3booV\\_EyR4](https://www.youtube.com/watch?v=3booV_EyR4)>. Acesso em: 19 de setembro de 2021.

Golpe de 1964: Bolsonaro diz que objetivo não é comemorar, mas rememorar. **Globo News**. 03 abr 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=uXnvYJ2g-bw>>. Acesso em: 19 de setembro de 2021.

Live: Bolsonaro fala ao povo brasileiro! **INTERROGADOS WORLD**. 7 nov 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=a2XvrZyKv9o>>. Acesso em: 21 de setembro de 2021.

## BIBLIOGRAFIA

AVRITZER, Leonardo. **Política e antipolítica nos dois anos de governo Bolsonaro**. In: AVRITZER, Leonardo. KERCHE, Fábio. MARONA, Marjorie. (org). **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

CASIMIRO, Flavio Henrique. **A nova direita: aparelhos de ação político e ideológica no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GALLEGO, Esther Solano (Org). **O ódio como política – a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

GASPARI, Elio. **A Ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GUERRA, Cláudio; NETTO, Marcelo; MEDEIROS, Rogério. **Memórias de uma guerra suja**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.

ISHAQ, Vivien. FRANCO, Pablo E.; SOUSA, Teresa E. **A escrita da repressão e da subversão, 1964-1985**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

NAPOLITANO, Marcos. **História do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

SILVA, Graziano Uchôa Pinto da. **A era Stroessner: uma análise da cultura política paraguaia (1954-1970)**. 2011. 114f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2011.

VIDAL – NAQUET, Pierre. **Os assassinos da memória: um Eichmann de papel e outros ensaios sobre o revisionismo**. Tradução de Marina Appenzeller. Campinas, SP: Papyrus, 1988.

Recebido em Outubro de 2021.

Aprovado em Dezembro de 2021.